

Para especialistas, ciência ainda não provou vantagem de atletas trans

A CESPO promoveu duas audiências públicas para discutir a participação de transgêneros no esporte. De autoria dos deputados Julio Cesar Ribeiro (PRB-DF) e Fábio Mididieri (PSD-SE), o requerimento tenta ampliar o debate sobre o tema, que tem gerado polêmica entre atletas, técnicos e cientistas. Atualmente é medido o nível de testosterona para definir em qual grupo os atletas trans se encaixam.

Um consenso na segunda audiência pública da Comissão do Esporte sobre a presença de indivíduos transgênero nas competições esportivas foi o de que não existem estudos científicos que comprovem conclusivamente uma vantagem de homens e mulheres trans sobre seus concorrentes cisgênero, aqueles que mantêm o sexo biológico com o qual nasceram.

Os cientistas presentes ao debate na Comissão, realizado na Câmara dos Deputados em 25/06, foram contrários à diretriz do Comitê Olímpico Internacional (COI) que recomen-

do às federações das várias modalidades que levem em conta o nível de testosterona dos atletas para definir quem pode competir com quem. Alícia Kruger, mestre em Saúde Coletiva, salientou que este não deve ser o único critério.

“A evidência nos mostra que capacidade muscular, capacidade de transporte de oxigênio, padrão de quadril ginecôide ou androide, nós temos diferenças entre pessoas cis e trans. Então, nós precisamos entender muito bem da Biologia, dessa ciência que não é exata, mas é uma ciência rica, para que nós possamos endossar ou mesmo contestar qualquer participação de qualquer pessoa nos esportes”, observou.

DESEMPENHO

O que a ciência tem comparado continuamente é a diferença de desempenho entre homens e mulheres. Participante da audiência pública, o advogado esportivo Marcelo Franklin disse que essa vantagem vai de 10% a 12% para os homens.

A ex-jogadora de vôlei Ana Paula Henkel exibiu vários dados sobre as consequências



Reynaldo Lima / Acervo CESPO

Tiffany, atleta trans, relatou durante a audiência o preconceito sofrido no esporte profissional

desta defasagem, relatando casos de atletas norte-americanas que se sentiram preteridas por terem perdido vagas em equipes para mulheres trans. Apesar de ter criticado publicamente o fato de a jogadora Tiffany, que é trans, jogar em um time feminino de vôlei, ela negou discriminação e afirmou querer fazer apenas uma interlocução com as entidades esportivas para que o assunto seja discutido.

PRECONCEITO

Tiffany, também presente ao debate, se emocionou ao lembrar das dificuldades de fazer a transição de gênero. Ela defendeu a permanência dos atletas trans no esporte profissional e relatou que sofre alguns preconceitos em sua atuação nas quadras.

“Um do meu time, porque eles exigem de mim o que eu não posso fazer, porque alguns

pensam que eu posso fazer e outros falando que eu faço demais. E eu faço o quê? Esse é meu trabalho, eu tenho que fazer o meu melhor. Aí eu chego em um jogo e faço 28 pontos: ‘Ah, é porque é uma mulher trans’. Mas a mulher que fez 34 [pontos], não é uma mulher trans, ela pode”, disse.

Três projetos de lei sobre o tema estão sendo examinados pelos parlamentares. As propostas (PLs 2200/19, 2596/19 e 2639/19) determinam o sexo biológico como parâmetro para a participação em atividades esportivas, e proíbem a inclusão de mulheres trans em competições femininas. Para o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), autor de um dos projetos, o debate na Comissão do Esporte mostrou que o Brasil pode ser exemplo para o resto do mundo nesta discussão.

Agência Câmara Notícias





Aprovada contratação de profissional da educação para clube formador de atleta

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados aprovou projeto que obriga os clubes formadores de atletas a contratar profissional da educação, de nível superior, para a equipe técnica da instituição, que deverá zelar pelos estudos dos atletas. O PL 1476/19 altera a Lei Pelé (9.615/98).

O texto aprovado determina que os clubes deverão manter sala com mesas de estudo e computadores conectados à internet em quantidade suficiente para os atletas que morarem nos alojamentos.

O projeto é de autoria do deputado Amaro Neto (PRB-ES) e recebeu parecer favorável do deputado Julio Cesar Ribeiro (PRB-DF). Para o relator, a proposta “fortalece a proteção de adolescentes atletas e fomenta a conscientização social para



Will Shuffler/Câmara dos Deputados

Julio Cesar recomendou a aprovação do projeto

com o zelo e as necessidades dos menores de idade.”

Conforme o projeto, o educador contratado deverá acompanhar a frequência, o rendimento escolar e a evolução educacional do atleta em formação, sendo responsável por cuidar para que treinos e competições não prejudiquem o processo educativo.

TRAMITAÇÃO

O projeto será analisado agora, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Agência Câmara Notícias

Câmara debate programa Bolsa Atleta

A Comissão do Esporte promoveu audiência pública dia dez de julho para discutir o Programa Bolsa Atleta. O deputado Luiz Lima (PSL-RJ), autor do requerimento para a audiência, lembra que em seus 14 anos de existência o programa Bolsa Atleta já distribuiu mais de R\$ 1 bilhão para atletas de todo o País.

“O programa se firmou como um importante instrumento de fomento do esporte no Brasil”, diz Lima. Segundo o deputado, no final de 2018 a União cortou o orçamento do programa, reduzindo o número de beneficiados quase pela metade, o que gerou a audiência.

Mosiah Rodrigues, coordenador geral do programa Bolsa Atleta da Secretaria Especial do

Esporte, órgão vinculado ao Ministério da Cidadania, fez uma apresentação sobre os resultados desde 2005. “O programa beneficiou mais de 26 mil atletas e se tornou o maior programa de patrocínio individual do mundo”.

Para a presidente do Conselho de Atletas do Comitê Paralímpico, Simone Rocha Camargo, o Bolsa Atleta é um divisor de águas para o paradesporto brasileiro. “Os deficientes têm poucas chances de inclusão social no país, e o Bolsa Atleta representa uma forma dos atletas se manterem e às suas famílias”. Ela afirma que o programa é um estímulo poderoso para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos paratletas brasileiros.



Audiência discute uso do VAR no futebol brasileiro

A Comissão do Esporte realizou audiência pública dia nove de julho para discutir o Sistema Eletrônico de Apoio à Arbitragem (VAR - Video Assistant Referee), utilizado no futebol profissional. O debate atendeu requerimento do deputado Evandro Roman (PSD-PR), ex-árbitro de futebol.

O presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Leonardo Gaciba, apresentou as ações que pretende implementar no cargo e falou sobre o uso do VAR no futebol brasileiro. Segundo ele, o VAR é um sistema em constante aperfeiçoamento e seu protocolo de

uso já está na oitava versão no país. “No final da temporada de 2019 o Brasil será o país com o maior número de jogos com uso do VAR no mundo e o sistema evita erros claros dos árbitros durante as partidas”.

Segundo o deputado Evandro Roman, o debate é de interesse público porque o futebol é importante social e economicamente para o Brasil. “A Comissão do Esporte tem que participar desse debate apesar de não termos competência para interferir diretamente na CBF. O objetivo da audiência é esclarecer a sociedade em um lugar aberto e a Câmara é o local ideal para isso”.

Membros da Comissão do Esporte – CESPO

Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE), **1º Vice-Presidente:** Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS), **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis (MDB/SE) e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm (PP/RS). **Membros:** Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PL/PRB/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN Afonso Hamm PP/RS; Bosco Costa PL/SE; Carlos Chiodini MDB/SC; Celina Leão PP/DF; Célio Silveira PSDB/GO; Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS; David Soares DEM/SP; Domingos Neto PSD/CE; Dr. Zacharias Calil DEM/GO; Dr. Luiz Ovando PSL/MS; Evandro Roman PSD/PR; Fábio Mitidieri PSD/SE; Fabio Reis MDB/SE; Fernando Monteiro PP/PE; Flordelis PSD/RJ; Gutemberg Reis MDB/RJ; Hélio Leite DEM/PA; Helio Lopes PSL/RJ; Hugo Leal PSD/RJ; Isnaldo Bulhões Jr. MDB/AL; José Rocha PR/BA; Julio Cesar Ribeiro PRB/DF; Luiz Lima PSL/RJ; Marcelo Aro PP/MG; Nereu Crispim PSL/RS; Professor Alcides PP/GO; Roberto Alves PRB/SP; Vavá Martins PRB/PA. Bloco PDT/PODE/SOLIDARIEDADE/PCdoB/ PATRIOTA/CIDADANIA/PROS/AVANTE/PV/DC André Figueiredo PDT/CE; Alex Manente PPS/SP; Boca Aberta PROS/PR; Fábio Henrique PDT/SE; Flávia Morais PDT/GO; Renildo Calheiros PCdoB/PE. Bloco PT/PSB/PSOL/REDE Airton Faleiro PT/PA; Aliel Machado PSB/PR; Felipe Carreras PSB/PE; NOVO Alexis Fonteyne NOVO/SP.

Governo federal diz não haver plano de gestão para arenas olímpicas

O órgão responsável por administrar as arenas das Olimpíadas Rio 2016 foi extinto dia 30 de junho deste ano e o chamado legado olímpico representa agora um desafio para o governo: ampliar a utilização das grandes arenas que foram construídas para as competições.

Para debater o problema, a Comissão de Esportes realizou em 18/06 uma audiência pública com a presença do general Décio dos Santos Brasil, secretário do Esporte no Ministério da Cidadania. Ele apresentou a situação atual de ocupação das arenas esportivas, mas disse que não existe um plano de gestão para elas após a extinção da Autoridade de Governança do Legado Olímpico.

“A partir daí é entregar para a prefeitura, que não tem nenhum interesse em receber o parque olímpico, muito menos o governo do estado. Esse é um problema que nós estamos enfrentando. Se por acaso o estudo de viabilidade que está sendo desenvolvido pelo BNDES chegar à conclusão de que é inviável a privatização do parque, como vai fazer essa gestão daí para frente?”, argumentou Santos Brasil. De acordo com o general, o Ministério da Cidadania está trabalhando junto à Presidência da República para tentar viabilizar a gestão do legado olímpico, mas ainda não há soluções.



Comissão do Esporte debate legado olímpico da Rio 2016

PÚBLICO E PRIVADO

Para o deputado Luiz Lima (PSL-RJ), a parceria com a iniciativa privada seria a melhor saída para administrar o legado olímpico.

“A gente tem que investir mais em pessoas no parque olímpico, mais professores de educação física dando aula. O desafio é a gente lutar contra a nossa cultura do público. A gente tem uma cultura no nosso país que tudo que é público tem que ser de graça, é um grande obstáculo. Tudo que é equipamento que é 100% de graça fica muito caro para quem não usa”, disse.

O representante da Associação Brasileira de Academias do Brasil, Lúcio Rogério, cobrou um posicionamento do governo sobre a educação física nas escolas.

“Nós não percebemos nas academias nenhuma influência, zero influência no comportamento esportivo da população brasileira, e nós estamos falando da maior rede de academias do mundo que é o Brasil. Queremos mudar o futuro? Tem que trabalhar na base, e a base está nas escolas”, observou.

Agência Câmara Notícias

Futebol americano tem mais de 17 mil praticantes no Brasil

Durante audiência da Comissão do Esporte para discutir o futebol americano, o presidente da confederação nacional afirmou que o país já tem 442 equipes federadas e mais de 17 mil praticantes da modalidade.

Segundo Ítalo Souza, presidente da Confederação Brasileira de Futebol Americano, o Brasil é o terceiro maior consumidor mundial da modalidade, ficando atrás de Estados Unidos e México. “Hoje, o futebol americano é o esporte que mais cresce no país”.

A audiência pública, iniciativa dos deputados Julio Cesar Ribeiro (PRB-DF) e Greyce Elias (Avante-MG), foi realizada em 26 de junho e contou com a presença de diversas equipes do DF e a participação de brasileiros que são jogadores profissionais e atuam na NFL, a liga americana da modalidade.

Giuliano Grotto, presidente da Federação Mineira de Futebol Americano, lembrou que o esporte nasceu como uma variação do rúgbi durante disputas entre universidades americanas no final do século 19. Hoje o esporte já tem federações organizadas



Futebol americano faz sucesso em diferentes grupos

em 11 estados brasileiros e vários clubes se profissionalizando.

O deputado Julio Cesar contou que durante seu período como secretário de esportes do DF enfrentou dificuldades para apoiar a modalidade porque os times de futebol tradicional não queriam que as equipes de futebol americano usassem os campos sob o argumento de que as partidas estragavam os gramados. Após um jogo de teste entre duas equipes locais, os gramados foram liberados.

Com informações da CESPO



Vigilância contínua no Esporte

Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)

Alex Ferreira/Câmara dos Deputados



O esporte transformou a realidade de Rafaela Silva. Nascida em uma das comunidades mais pobres e violentas do Rio de Janeiro, a jovem, que aos cinco anos de idade começou a praticar judô em uma associação esportiva da Cidade de Deus, se sagrou medalhista de ouro nas Olimpíadas de 2016.

As oportunidades promovidas pelo esporte também foram fundamentais para mudar o cotidiano das 23 jogadoras que estão na França defendendo o país na Copa do Mundo Feminina de Futebol. Em muitos desses casos, a cultura esportiva foi imprescindível para que os atletas (profissionais ou não) pudessem desviar-se de um caminho elevado e persistente de desigualdade social e violência.

Diante disso, é importante destacar que o esporte só se torna um fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social, com investimentos sé-

rios. Em 2015, por exemplo, o gasto do governo brasileiro com o setor foi de US\$ 842,4 milhões. Nas duas últimas décadas, o país investiu mais de US\$ 100 bilhões em programas, bolsas e infraestrutura esportiva.

Entretanto, os avanços do setor poderiam ser implodidos não fosse a atuação do Congresso Nacional para barrar os objetivos da Medida Provisória 841/18, que direcionava parte da arrecadação das loterias federais para o Fundo Nacional de Segurança Pública. A medida afetava diretamente o Ministério do Esporte, que tem nas verbas das loterias sua maior fonte de recursos. Se fosse aprovada, R\$ 300 milhões deixariam de ser aplicados em programas da área.

Nesse contexto, atuamos para fazer o governo compreender que a retirada de recursos do esporte representava uma ação paliativa sem qualquer planejamento e que o caminho para melhorar as

questões relacionadas à segurança pública passa, justamente, pelo aperfeiçoamento de iniciativas que promovem avanços sociais. Atualmente, os resíduos que sobram para as forças de segurança são frutos da falta de investimentos em educação, habitação, cultura, assistência social e esporte.

Por isso, não podemos admitir jamais soluções mágicas para problemas históricos. Em nossa atuação no legislativo, buscamos propor medidas mais profundas que possam

ser postas em prática para garantir a proteção dos direitos individuais e eficientizar a área da segurança pública, como a modernização tributária, aplicação inteligente de recursos públicos, integração e capacidade de planejamento das forças policiais, revisão da política criminal e aprimoramento da gestão de dados do setor. Não há, portanto, espaço para o desmonte de qualquer sistema que funcione como uma ferramenta de transformação social, como é o caso do esporte.



III Concurso de Artigos Científicos da Comissão do Esporte

Resultados dia 16 de setembro

Expediente

Presidente: Fábio Mitidieri [PSD/SE]; **1º Vice-Presidente:** Danrlei de Deus Hinterholz [PSD/RS]; **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis [MDB/SE] e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm [PP/RS]. **Secretário-Executivo:** Lindberg Aziz Curý Júnior. **Corpo Técnico:** Alessandra Muller Vidal Guerra, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa, Victor Souza da Silva, Gilson Vasconcelos Dobbin e Reynaldo Barbosa Lima. **Texto:** Gustavo Valadão. **Diagramação:** Patrícia Weiss.

Endereço da Comissão do Esporte: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, sala 2, térreo. Telefones (61) 3216-6351/52/53/54

Email: cespo.decom@camara.leg.br

Endereço eletrônico: camara.leg.br/cespo